



BOLETIM 92

Brasília, 30 de março de 2016

Diretoria da CONTRICOM reúne-se hoje em Brasília para discutir a crise que atinge o setor

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM) reunirá sua Diretoria, hoje, na sede nacional da entidade, em Brasília, com o objetivo de discutir o Relatório da diretoria residente e demais diretores; debater o informe da Presidência da entidade sobre a atual conjuntura política e econômica do país; e avaliar as sugestões de pauta para a Mesa Nacional da Construção.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho *(foto)*, “a reunião da direção da CONTRICOM ocorre num momento crítico, tanto na política como na economia, pois o nosso segmento está sendo o mais afetado pela recessão e o desemprego que atinge os trabalhadores”.

“Nosso encontro servirá para analisar as propostas que temos sustentado junto ao governo, aos empresários e à sociedade como um todo e receber novas sugestões que fortalecem a luta e a unidade dos trabalhadores da construção civil pela retomada do crescimento e da empregabilidade em nosso país”, sentencia Mazinho.



Conselho Fiscal – Nos dois últimos dias, também na sede da CONTRICOM, o Conselho Fiscal da entidade fará reunião com a finalidade de analisar os documentos contábeis da Confederação e a elaboração do relatório.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

PNAD Contínua: 9,623 milhões de trabalhadores estão sem emprego

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada na quinta-feira (24) pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou uma queda generalizada no emprego, conforme disse o coordenador de Trabalho e Rendimento do órgão, Cimar Azeredo. Assim, a taxa de desemprego (“taxa de desocupação”) no trimestre móvel de novembro/2015 a janeiro/2016 foi estimada em 9,5%, recorde da série histórica iniciada no começo de 2012. Com isso, a população desocupada somou 9,623 milhões de pessoas, um



crescimento de 42,3% (ou mais 2,859 milhões de pessoas) na comparação com igual trimestre de 2015.

“Há uma redução generalizada do emprego, porque estamos vendo uma queda do emprego formal e do informal também. Isso quer dizer que até mesmo os pequenos negócios e empresas sem registro, que não pagam impostos, estão com dificuldades e se desfazendo dos trabalhadores. Conseqüentemente, há um aumento recorde do número de trabalhadores por conta própria, já que a pessoa precisa achar uma saída para seu sustento”, avaliou Azeredo.

De acordo com a pesquisa do IBGE, ao mesmo tempo em que aumentou em 2,859 milhões o número de pessoas desocupadas, a “população ocupada” diminuiu só -1,1% (ou -1,040 milhão de pessoas).

Ainda conforme a PNAD Contínua, os empregados no setor privado com carteira diminuíram em 1,318 milhão (-3,6%), os “empregados no setor privado sem carteira” diminuíram em 614 mil (-5,9%), os “empregados no setor público” diminuíram em 218 mil (-1,9%) e os “trabalhadores familiares auxiliares” diminuíram em 378 mil (-14,3%). O que dá um total de redução – excluindo o trabalho doméstico, que aumentou, e os empregadores – de 2,528 milhões de pessoas no trimestre novembro/2015 a janeiro de 2016.

Apesar de ser um número expressivo de desempregados, não reflete inteiramente a realidade em função de que parte do aumento da “desocupação” está embutida no número de trabalhadores por “conta própria”, que teve um aumento de 1,328 milhões nesse trimestre frente ao mesmo trimestre de 2015. Obviamente que nem todos os trabalhadores por conta própria são

desempregados que passaram a fazer bico, viraram camelôs ou outra coisa do gênero. O fato é que a chaga social do desemprego cresce a olhos vistos, superando mais de três milhões em um ano, superando inclusive os números de Fernando Henrique.

Queda na renda - O rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 1.939, registrando queda de 2,4% em relação ao mesmo trimestre do ano passado (R\$ 1.988) e redução no rendimento médio da categoria dos trabalhadores por conta própria (-4,1%). Nas demais categorias observou-se estabilidade em seus rendimentos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Mais de 4 mil fábricas paulistas fecharam as portas em um ano

A atual crise econômica já provocou o fechamento de 4.451 fábricas apenas no estado de São Paulo, no ano passado, segundo dados da Junta Comercial de São Paulo.

Ao todo, o número de empresas que encerraram a produção é 24% maior do que o de 2014, quando já haviam sido fechadas 3.584 empresas. Já em relação às perdas no emprego, apenas entre novembro e janeiro, foram 1,131 milhão de vagas de trabalho fechadas, um recorde para o trimestre, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com a pesquisa, muitos trabalhadores ainda ficaram sem receber sequer os salários e rescisões.

Entre as empresas afetadas, muitas já foram líderes em seus segmentos, mas não resistiram à queda da demanda e aos altos custos de impostos, energia, juros elevados e à falta de investimentos.

A brasileira Polyenka, tradicional fabricante de produtos têxteis instalada em Americana, no interior de São Paulo, há 45 anos, já foi uma das maiores empresas do ramo de filamentos de poliéster no país e chegou a empregar 2 mil pessoas no fim dos anos 90. A empresa encerrou suas atividades e fez um acordo com os atuais 350 funcionários.

Apenas na cidade de Guarulhos, três metalúrgicas - Eaton, Maxion e Randon - anunciaram o encerramento de suas atividades na mesma semana. “O mercado de implementos rodoviários teve retração de 50% e não há perspectivas de mudança de cenário no curto prazo”, informa Daniel Ely, diretor de Recursos Humanos da Randon, que atualmente emprega 130 pessoas, mas já teve mais de mil.

Outra empresa brasileira, a metalúrgica Corneta, fundada em São Paulo há 80 anos, encontrou dificuldades que resultaram na venda da fábrica para o grupo BL Investimentos. “Inicialmente eles disseram que iriam investir na empresa, mas fizeram o contrário”, afirma Jorge Nazareno, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Os funcionários entraram em férias coletivas no início de dezembro e quando retornaram, em janeiro, foram informados de que a fábrica seria fechada. Agora, os funcionários estão desde dezembro sem receber salários, nem os valores da rescisão.

Em Jacareí (SP), a multinacional francesa Rhodia fechou a fábrica de fios têxteis de poliamida em abril do ano passado e concentrou a



produção desse item na filial de Santo André (SP). A queda na demanda foi apontada como a maior causa para a mudança. Além disso, com a escalada desleal no preço da energia e os altos juros estipulado pelo governo federal, as indústrias não conseguiram manter os investimentos.

Essa situação alarmante atingiu não só a indústria, mas todos os setores da economia, exceto os bancos, que continuam batendo recorde em seus lucros. A política de juros altos, cortes nos investimentos, arrocho salarial e privatizações, resultaram em 9,6 milhões de desempregados, em janeiro, segundo dados da Pnad Contínua (ler matéria na página 2), o que representa uma taxa de desemprego que já atinge 9,5%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Cunha: votação do impeachment no Plenário poderá demorar três dias

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, afirmou nesta terça-feira (29) que



a sessão de votação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Plenário da Casa poderá durar até três dias. O motivo é o fato de o artigo 22 da Lei 1079 de 1950, que regula o impeachment, dar o direito a cada líder de partido de falar em Plenário durante uma hora para expor o posicionamento da legenda durante a sessão de votação.

“Eu prevejo três dias de votação. São 27 partidos representados na Câmara, e cada partido tem uma hora para falar. São 27 horas, sem contar as discussões de quem se inscrever. É o que está na lei. O que vamos fazer é cumprir a lei, a Constituição e o Regimento”, explicou o presidente.

Cunha garantiu que presidirá a sessão de votação do impeachment. Ele confirmou que manteve a decisão, da Comissão Especial do Impeachment, de não levar em consideração o conteúdo da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (MS) - já que a denúncia original em análise contra Dilma diz respeito às pedaladas fiscais, e não à Operação Lava Jato (assunto das informações de Delcídio).

Mudanças de partidos - Questionado pelos repórteres, Eduardo Cunha informou que os membros da Mesa Diretora e da Comissão Especial do Impeachment que mudaram de partidos após serem indicados para compor esses colegiados poderão perder os cargos, conforme prevê o Regimento Interno. No caso da Mesa, isso valeria, segundo Cunha, para o 2º secretário da Câmara, deputado Felipe Bornier (RJ), que tomou posse como integrante do PSD e atualmente é filiado ao PROS.

Cunha disse que Bornier já está recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar a perda do cargo. Bornier manterá a vaga se o

Plenário da Câmara aprovar resolução levando em consideração, para fins de preenchimento de cargos na Casa, os atuais tamanhos das bancadas - definidos após o período de "janela" de trocas partidárias.

Fonte: Agência Câmara

PMDB rompe e dá prazo até 12 de abril para entrega de todos cargos

Líderes do PMDB consideram o dia 12 de abril como data limite para a entrega dos cargos do partido no governo, inclusive os sete ministérios. Mais cedo, o Diretório Nacional do PMDB decidiu hoje (29), por aclamação, deixar a base aliada do governo da presidenta Dilma Rousseff.

“Existe uma discussão sobre dar um prazo, acho até que é uma coisa razoável, ministro não pode sair batendo portas deixando assuntos importantes do ponto de vista do interesse público nacional por resolver”, disse o presidente da Fundação Ulisses Guimarães, Moreira Franco.

Mesmo com o rompimento, os líderes do PMDB disseram que o partido não será oposição, mas que vai adotar uma postura de independência. “Nós seremos independentes. O que for de interesse do governo e importante para o Brasil nós iremos votar. Se for algo que nós não concordemos, nós diremos claramente, não teremos mais atrelamento à base do governo”, disse o senador Romero Jucá, vice-presidente do PMDB.



Reunião - A reunião em que o PMDB decidiu romper com o governo federal teve a participação de mais de 100 dos 127 integrantes do diretório. A resolução aprovada estabelece a “imediate saída do PMDB do governo, com a entrega dos cargos em todas as esferas do Poder Executivo Federal”. Quem contrariar a decisão, ficará sujeito à instauração de processo no conselho de ética do partido.

Embora a decisão seja de abandonar imediatamente os cargos ocupados pelos peemedebistas no governo, a cúpula partidária acenou em avaliar cada caso e até permitir uma saída gradual. “A partir de agora, o PMDB não autoriza ninguém a exercer, em nome do partido, nenhum cargo federal. Se, individualmente, alguém quiser tomar uma posição vai ter que avaliar o tipo de consequência, o tipo de postura para a sociedade”, disse Jucá. “Para bom entendedor meia palavra já basta, aqui nós demos hoje uma palavra inteira”.

A crise econômica foi apontada como maior justificativa para o afastamento do governo. Apesar de ainda permanecer com a vice-presidência e de comandar até o início da semana sete ministérios, o PMDB culpou o PT pela recessão enfrentada no país. “Estamos indo para o terceiro ano de recessão e os milhões de brasileiros que conquistaram posições sociais estão perdendo essas posições e o governo não apresenta uma alternativa”, justificou Franco.

Um dos principais defensores do fim da aliança com o PT, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (RJ), foi um dos primeiros a chegar à reunião, que durou cerca de cinco minutos. Conforme já estava previsto, a ala do partido contrária ao desembarque, incluindo os seis ministros, não compareceu ao evento. O

presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), que ontem se reuniu com Temer para fechar os detalhes do desembarque, também não esteve presente.

Fonte: EBC

Comissão do *Impeachment* aprova depoimentos

A comissão especial que analisa o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff aprovou os primeiros requerimentos de depoimentos. Por sugestão do relator, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), serão ouvidos os juristas Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal, autores da denúncia de crime de responsabilidade da presidente da República com base nas chamadas “pedaladas fiscais” (uso de recursos de bancos públicos para quitar dívidas do governo federal) e desrespeito a leis orçamentárias.

Em seguida, será a vez dos depoimentos do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e do professor de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Lodi Ribeiro, indicados por deputados governistas. As datas ainda não foram definidas: o relator sugere que os depoimentos ocorram amanhã e na quinta-feira (31/03), mas os deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Jandira Feghali (PC do B-RJ) defendem que se espere, primeiramente, o prazo de dez sessões do Plenário da Câmara (que vence em 04/04) para que Dilma apresente sua defesa formal.

Jovair Arantes repetiu que, na atual fase de tramitação do pedido de impeachment, não cabem produção de provas nem depoimentos de testemunhas. “A vinda dos convidados é no



sentido de dar esclarecimentos à comissão. Não será defesa nem será ataque. Para o relatório final, não vou considerar nenhum fato novo”, afirmou o relator da comissão especial.

Ao todo, os deputados da comissão especial do impeachment apresentaram 79 requerimentos diversos. Alguns são bem polêmicos e preveem, por exemplo, os depoimentos do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do atual vice-presidente, Michel Temer.

Fonte: EBC

Quatro comissões mistas serão instaladas hoje

Nesta quarta-feira (30) serão instaladas as comissões mistas sobre as medidas provisórias 713, 714, 717 e 718, todas de 2016.

A MP 713/16 trata do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências.

Também serão instaladas as comissões da MP 714/16, que extingue o adicional de tarifa aeroportuária; da MP 717/16, que cria o cargo de ministro chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República; e da MP 718/16, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem e sobre medidas tributárias referentes à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Fonte: Agência Senado

Falta de quórum impede votação de contas de 2014 de Dilma Rousseff

A atual composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO) encerrou suas atividades nesta terça-feira (29) sem quórum para votar as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff. A partir de agora, os partidos devem indicar os novos integrantes do colegiado. Obtenha maiores detalhes sobre esse assunto na reportagem da Rádio Senado, com Carlos Penna Brescianini.

Fonte: Agência Senado

Mudança no 'Minha Casa Minha Vida' deverá ser votada nesta quarta-feira

A pedido do líder do PSDB no Senado, senador Cássio Cunha Lima (PB), foram adiadas para esta quarta-feira (30) as votações das medidas provisórias (MPs) 698/2015 e 709/2015. Ambas foram lidas na semana passada e só podem ser votadas depois de transcorridas duas sessões plenárias após a leitura, defendeu Cássio, sendo prontamente atendido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que adiou as votações.

A MP 698/2015 será apreciada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2016. Essa medida mudou as regras do Programa Minha Casa Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do FGTS. A medida assegura que, se os beneficiários do programa não quitarem as



prestações dos imóveis que serão construídos com recursos do FGTS, o Tesouro Nacional fará a compensação. A MP 698 vence na quinta-feira (31) e precisa ser aprovada antes disso para não perder sua vigência.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a mudança promovida pela MP 698 é “mais uma pedalada do governo federal”. Para ele, o governo está querendo se beneficiar dos recursos do FGTS para garantir a sobrevivência do Minha Casa Minha Vida. Segundo Caiado, a mesma ‘pedalada’ foi feita pelo governo anteriormente com a Caixa Econômica para bancar o programa Bolsa Família. O senador afirmou que o governo está desrespeitando as leis orçamentárias mais uma vez.

Também trancando a pauta está o PLV 5/2016 (originado da MP 709/2015) que disponibilizou R\$ 1,318 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte e para as secretarias de Aviação Civil e de Portos, além de ter promovido transferências a estados e municípios.

Os recursos destinam-se ao combate do mosquito *Aedes aegypti*, ao fomento agropecuário, ao Programa Farmácia Popular e à

transposição do Rio São Francisco. As transferências para estados e municípios são para recomposição de pagamentos referentes à Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996), que regulamentou a cobrança de ICMS e instituiu isenção para produtos destinados à exportação).

Fonte: Agência Senado

Aprovado projeto que exige divulgação do disque-denúncia de violência contra mulher

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4330/16, da deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), que determina ao poder público a divulgação do número telefônico 180, exclusivo para a comunicação de ocorrência de violência contra a mulher.

O projeto estava apensado ao PL 1036/15, do deputado Fernando Monteiro (PP-PE), que foi considerado prejudicado.

Fonte: Agência Câmara

Todos os pais tem direito à nova licença-paternidade de 20 dias?

A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, já em vigor, trouxe algumas alterações ao Estatuto da Criança e Adolescente, Consolidação das Leis



Trabalhistas – CLT, Código de Processo Penal, e outras leis em relação à políticas públicas para a primeira infância, ou seja de crianças até os 6 anos de idade.

Entre essas mudanças tem sido bastante comentado o aumento do período de licença-paternidade de 5 para 20 dias. Por isso, resolvemos fazer esse post para quem tem dúvidas sobre as alterações, dando demais explicações sobre o tempo, a obrigatoriedade, quem tem direito, remuneração e etc.

A Constituição Federal já garantia o período de 5 dias de licença-paternidade, porém a nova lei ampliou esse tempo por mais 15 dias, assim como já havia sido feito com a licença-maternidade que teve um prolongamento de 120 para 180 dias.

Mas esses prazos não são aplicados para todos os pais. A lei garante os 20 dias apenas para aqueles que são funcionários de empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã, da mesma forma que foi instituído para a licença-maternidade anteriormente.

Aos que não se encaixam no requisito da lei, continuam a ter direito apenas aos 5 dias de licença-paternidade que a Constituição Federal já garantia no seu art. 7º, XIX.

Importante salientar que a nova lei também garante o direito da licença-paternidade aos pais de filhos adotivos ou àqueles que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.

E o prazo para pedir a licença? Até dois dias úteis após o parto e desde que comprovada a participação do pai em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável. O texto não especifica quais programas são estes. Quanto à remuneração recebida pelo genitor durante o período da licença, esta será integral, assim como a mãe na licença-maternidade.

Nenhum poderá exercer qualquer tipo de atividade remunerada durante esse período e a criança tem de ser mantida sob os seus cuidados. Em caso de descumprimento dessa regra, os funcionários perdem o direito à prorrogação.

Como as empresas podem aderir ao Programa Empresa Cidadã? Quais os benefícios dessa adesão ao optar pela prorrogação da licença? As empresas podem aderir ao Programa, mas é preciso fazer o pedido de adesão exclusivamente na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet. O acesso pode ser feito por um código de acesso, a ser obtido no site da Receita, ou por um certificado digital válido. O programa permite a empresa deduzir dos impostos federais o total da remuneração dos funcionários nos dias de prorrogação da licença-paternidade e maternidade. A regra só vale para as empresas que têm tributação sobre lucro real.

Fonte: JUSBRASIL

AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO

Dia 30 (quarta-feira), participa, na sede nacional da CONTRICOM, em Brasília, durante todo dia, de reunião da Diretoria que discutirá assuntos de interesse da entidade e dos trabalhadores da construção e do mobiliário

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)